



CONSOLIDAÇÃO E ATUALIDADE DO CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL: a contribuição de Florestan Fernandes

CONSOLIDATION AND NEWS OF DEPENDENT CAPITALISM IN BRAZIL:
the contribution of Florestan Fernandes

Davi Machado Perez¹
Ricardo Lara²

RESUMO

A interpretação de Florestan Fernandes sobre a *revolução burguesa no Brasil* oferece fonte indispensável para os estudos da realidade social brasileira. Este artigo tem como objetivo resgatar a compreensão elaborada pelo autor a respeito das particularidades da revolução burguesa no Brasil e do capitalismo dependente. Para isso, apresenta-se histórico do processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo no país, seguido de dados e análises para problematizar a situação atual.

Palavras-chaves: Revolução burguesa; capitalismo; realidade brasileira.

Abstract

The interpretation of Florestan Fernandes on the bourgeois revolution in Brazil offers indispensable source for the study of Brazilian social reality. This article aims to rescue the understanding developed by the author about the particularities of the bourgeois revolution in Brazil and dependent capitalism.

1 Mestre em Serviço Social e professor substituto no DSS – UFSC.

2 Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

For this, it presents historical development and consolidation of capitalism in the country, followed by data and analyzes to discuss the current situation.

Keywords: Bourgeois revolution; capitalism; brazilian reality.

Submetido– 14/03/2015

Aceito – 25/05/2015

INTRODUÇÃO

A interpretação de Florestan Fernandes apresenta relevância indispensável para os estudos da realidade social brasileira³. O artigo resgata a compreensão elaborada por Florestan Fernandes a respeito das particularidades da revolução burguesa no Brasil e do capitalismo dependente, evidenciando a relação entre os elementos estruturais e conjunturais da realidade nacional para, em seguida, problematizar a atualidade desta contribuição. Para isso, consideramos os elementos centrais da emergência da sociedade burguesa e de sua radicalização como capitalismo monopolista, analisando a inserção do Brasil no capitalismo global enquanto processo histórico, ou seja, de *que maneira sua dinâmica interna consolidou um típico específico de desenvolvimento capitalista e se integrou à estrutura geral e hierárquica da ordem monopolica*.

Para a apreensão dos elementos aqui abordados, torna-se necessário considerar as categorias teórico-filosóficas como a relação entre *estrutura social e formas de consciência*. Compreendemos a contraditoriedade⁴ existente no movimento da realidade (que não permite conclusões dualistas e esquemáticas), e as interações entre singularidade, particularidade e totalidade presentes no complexo da história e das sociedades humanas. Tal ponto de partida possibilita ve-

3 “A concepção de dependência do Florestan não era weberiana, como foi de alguns teóricos da dependência que foram discípulos dele, o caso típico de Fernando Henrique Cardoso. Ele tem uma compreensão, a meu juízo, rigorosamente marxista. Os duros juízos dele sobre as classes dominantes brasileiras me parecem absolutamente corretos e verazes. Falecido há 18 anos, Florestan é um absoluto contemporâneo nosso, um companheiro de jornada. É bastante provável que num juízo futuro os novos problemas da realidade brasileira exijam respostas que talvez não encontremos na obra de Florestan, mas as questões centrais foram as colocadas por ele.” (NETTO, 2015).

4 “Nessa concepção, puramente ontológica, contraditoriedade se apresenta como motor permanente da relação dinâmica entre complexos, entre processos que surgem de tais relações. Portanto, a contraditoriedade não é apenas, como em Hegel, a forma de passagem repentina de um *stadium* a outro, mas também a *força motriz do próprio processo normal*.” (LUKÁCS, 2012, p. 291, grifo nosso).

rificar as dimensões do contexto aqui analisado: as características particulares da realidade brasileira imbricadas na totalidade do sistema capitalista global; a *dupla articulação* que configura o *todo unitário* do capitalismo dependente; e a realidade estrutural e essencial efetiva que se consolidou e perdura relacionando-se as constantes mudanças conjunturais.

1 – Consolidação da revolução burguesa e do capitalismo dependente no Brasil

Tratando-se da origem da dependência econômica em nosso país, é importante contextualizar o Brasil Colônia na fase histórica (que vai do final do século XV até meados do século XVIII) da *acumulação primitiva*, que impulsionou a futura ascensão do modo de produção capitalista. Sendo a produção capitalista um processo de transformação do dinheiro em capital, em que por meio do capital é produzido mais-valor e com o mais-valor se obtém mais capital, é preciso considerar que esse movimento necessita de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho, pressupondo a generalização do trabalho assalariado. Para Marx, “todo esse movimento parece [...] girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação ‘primitiva’ [...] *prévia* à acumulação capitalista”, acumulação esta que “*não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida*”. A história da acumulação primitiva “assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas”. Nos países centrais da Europa, o que ‘*fez época*’ nessa fase foram “*todos os revolucionamentos*” que serviram “*de alavanca à classe capitalista em formação*” e “*os momentos em que grandes massas humanas*” foram “*despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres*”, sendo que apenas na Inglaterra essa expropriação se apresentou “*em sua forma clássica*” (MARX, 2013, I, p. 775, 777 e 788, grifo nosso).

O Brasil, assim como outros países coloniais e subjugados, contribuiu decisivamente para a acumulação primitiva que impulsionou globalmente a emergência do capitalismo. Enquanto colônia portuguesa há particularidades que precisam ser consideradas ao se pensar a realidade brasileira nesse período. Elementos centrais como a predominância da escravidão e a própria posição “*marginal*” que nosso colonizador vai ocupar nessa fase de ascensão capitalista evidenciam eixos estruturantes de nossa realidade socioeconômica que

são decisivos para uma análise histórica cuidadosa. Para Fernandes (2005, p. 39-40), no período colonial já foram introduzidos no Brasil os “móveis capitalistas do comportamento econômico”. Porém, essa produção baseada nas plantações e na grande lavoura (seleção de produtos para exportação, mecanismos de apropriação de terras, trabalho escravo e também livre, custos baixos de produção e extrema concentração de renda) ocupava *posição marginal* no circuito externo da mercantilização de produtos exportados, mesmo Portugal enquanto metrópole não participava das principais fases desse circuito. O senhor de engenho possuía uma função econômica que poderia ser comparada com os administradores e beneficiários das feitorias. Desse modo eram neutralizadas as influências que o capitalismo comercial externo poderia exercer na organização e no desenvolvimento da economia interna do Brasil colônia.

Fernandes (2005) demonstra neste período a existência de uma realidade heteronômica na qual não se apresentavam condições para o modo de produção capitalista propriamente dito ser dominante. Não havia apropriação de excedente na forma especificamente capitalista e nem as condições materiais, sociais e culturais para o desenvolvimento de uma burguesia interna. Essa estagnação econômica da Colônia não provinha dos empreendimentos econômicos desenvolvidos, mas do contexto socioeconômico e político que os absorvia no sentido de sufocá-los e subordiná-los às dimensões de uma sociedade colonial. A compreensão dessas características de nossa formação *pré-capitalista* possui grande importância analítica e coloca em novas bases a questão da formação do capitalismo no Brasil; pois, **é somente com o subsequente rompimento com o estatuto colonial e a criação de um Estado nacional, que os móveis capitalistas⁵ obtêm condições de se expandir** (num primeiro momento no âmbito da grande lavoura), podendo manifestar suas potencialidades capitalistas com plenitude, canalizando-as para o mercado interno, intensificando o desenvolvimento urbano e expandindo novas formas de atividades econômicas.

É a partir deste entendimento que podemos ter em conta todos os importantes fatores que posteriormente foram determinantes para a ascensão da revolução burguesa no Brasil. A partir da gene-

5 “Moveis capitalistas” aqui entendidos como os instrumentos materiais, bem como a jurisprudência a eles inerente, que teriam uma potencialidade ou seriam propulsores de futuras relações capitalistas de produção.

ralização do trabalho assalariado é que teremos de fato o modo de produção capitalista como realidade econômica dominante. A dependência econômica sobreviveu às mudanças que posteriormente impulsionaram a independência política, o surgimento da República e a emergência do capitalismo a partir de uma revolução burguesa atípica. As mudanças decorrentes da Independência e da formação do Brasil Império estimularam uma dinâmica de maior autonomia relativa, que trouxe aos poucos as condições para a potencialização do desenvolvimento capitalista.

No processo que desencadeou a Revolução Burguesa no Brasil, o capital estrangeiro soube se adaptar às novas transformações decorridas do desenvolvimento interno, sempre no sentido de “manter e fortalecer a posição heteronômica do Brasil em face das economias centrais” (FERNANDES, 2005, p. 116). Não houve no Brasil um processo *significativo* de alteração das suas relações econômicas com o exterior, estas apenas modificaram a qualidade dessas dependências. Foi característico de tais transformações o aparelhamento do país para montar e expandir a economia capitalista dependente, com os quadros de um Estado nacional controlado politicamente por elites nativas. Com isso se desenvolveu concomitantemente novo padrão de crescimento econômico interno e a organização dos nexos de dependência econômica com o exterior. Nessas condições de erupção da revolução burguesa, alguns “personagens históricos” se metamorfosearam e também se chocaram entre si. Houve um processo de contradição entre os novos agentes econômicos que impulsionavam uma economia tipicamente capitalista e o senhor rural, tendo também significativa relevância o papel dos imigrantes nesse contexto⁶.

O capitalismo que emerge das condições brasileiras – de acordo com Fernandes (2005, p. 113) – consiste, então, em um “capitalismo de tipo especial”, com dois importantes elementos estruturantes e contraditórios entre si: *a heteronomia econômica condicionada pelos países centrais* e, ao mesmo tempo, *tendências de uma dinâmica autônoma em fase de estruturação*. Essa realidade socioeconômica contraditória baseada nesta polarização central é o que chamamos de capitalismo dependente. Três fases sucederam-se na emergência

6 Em todo processo de Revolução Burguesa existem protagonistas históricos centrais que o impulsionam. No caso do Brasil, “se omitirmos as referidas categorias sociais e formos diretamente aos agentes humanos que as ocupavam” nos depararemos fatalmente com “o fazendeiro de café” e o “imigrante” (FERNANDES, 2005, p. 127-128).

e consolidação do capitalismo dependente no Brasil: a fase de *eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno* (que iria da “Abertura dos Portos” até a sexta década do século XIX), a fase de *formação e expansão do capitalismo competitivo* (que vai do “último quartel” do século XIX até a década de 1950 no século XX) e a fase de *irrupção do capitalismo monopolista*, que se acentua no fim da década de 1950 e se consolida estruturalmente após o golpe de 1964 (FERNANDES, 2005, p. 263 - 264).

As transformações ocorridas principalmente entre a última década do século XIX e o fim da Primeira Guerra Mundial impactaram a industrialização e infundiu à urbanização novo caráter; essas transformações são ampliadas e consolidadas, posteriormente, com o crescimento da urbanização, o aumento do mercado interno, a ação direta do Estado no desenvolvimento da indústria pesada de base, além da expansão da indústria de substituição de importações no contexto da Segunda Grande Guerra, conjuntamente com o deslocamento das fronteiras do modo de produção dos centros imperialistas para a periferia, processo no qual o Brasil se viu profundamente envolvido a partir da segunda metade do século XX. Tal movimento resultou “em uma revolução pelas estruturas do modo de desenvolvimento capitalista” (FERNANDES, 1986, p. 38), fazendo com que o desenvolvimento capitalista e a consolidação do domínio da grande burguesia nativa associada aos centros imperiais externos seguissem aprofundando o padrão dependente do capitalismo brasileiro.

Essa consolidação estrutural tem seu marco político no golpe civil-militar de 1964. Vários elementos sociopolíticos desse acontecimento histórico precisam ser entendidos em sua relação com a estrutura econômica do capitalismo dependente, essa análise evidencia os limites de uma ordem social que se fecha para os anseios da reforma social, nacional e democrática, fazendo com que tais reformas deixem de ser tarefa do seu próprio desenvolvimento. A blindagem conservadora se evidencia a cada momento histórico e vive o seu clímax no golpe preventivo que consolida o pleno domínio do *capitalismo monopolista de Estado* numa ordem *permanentemente dependente*.

A consolidação da Revolução Burguesa no Brasil se deu no contexto global que Fernandes (2009) chama de “novo imperialismo”, caracterizado principalmente pela hegemonia dos Estados Unidos. A essência desse período está na expansão do próprio capitalis-

mo monopolista⁷, mas essa nova forma de domínio não se caracteriza somente por fatores econômicos. As transformações do poder financeiro das empresas capitalistas foram geradas “por mudanças nos padrões de consumo e de propaganda de massa, na estrutura de renda, por uma revolução concomitante na tecnologia e nos padrões burocráticos de administração”, bem como “pelos efeitos múltiplos e cumulativos de concentração financeira do capital na internacionalização do mercado capitalista mundial” (FERNANDES, 2009, p. 29).

Após a Segunda Guerra Mundial algumas mudanças importantes ocorreram na forma do domínio econômico e político exercido pelo imperialismo, bem como transformações socioculturais neste âmbito. Os países (principalmente do Leste Europeu) que vivenciaram processos pós-capitalistas e tentaram a transição ao socialismo (com avanços sociais, culturais e tecnológicos importantes⁸) compeliram “as nações capitalistas avançadas da Europa, América e Ásia para defesa agressiva do capitalismo privado” (FERNANDES, 2009, p. 29-30). Portanto, “enquanto o antigo imperialismo constituía uma manifestação de concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas”, o *novo imperialismo* “representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo”, havendo fenômenos centrais nessa política, tais como: “a expansão incoercível da empresa corporativa, a hiperinfluência das finanças internacionais e a hegemonia dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2009, p. 30). A influência hegemônica dos EUA foi então recebida “como um preço razoável pelas burguesias nacionais dos países capitalistas avançados, inclusive a Inglaterra, França, Alemanha e o Japão”, mesmo ainda havendo “tensões e rupturas” que são “manipuladas em condições seguras para a defesa e o fortalecimento dos “interesses privados”, isto é, do capitalismo” (FERNANDES, 2009, p.30).

A “erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias”, que aparentavam “corresponder aos padrões ou às aspirações de

7 De acordo com Fernandes (2005, p. 320): “Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo torna-se um imperialismo total”, ele “não conhece fronteiras e não tem freios”, penetrando nos países periféricos a partir de dentro “enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras”.

8 O que – no pós-Segunda Guerra – significou a “existência de uma economia socialista bem-sucedida e expansiva, dotada pelo menos de padrões equivalentes de tecnologia, organização burocrática, produtividade, crescimento acelerado e internacionalização” (FERNANDES, 2009, p. 29).

crescimento nacional autossustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos” (FERNANDES, 2009, p. 30). Essas corporações foram saudadas pelas elites latino-americanas como capazes de contribuir para o “desenvolvimentismo”, recebendo irracional apoio econômico e político. Elas “se tornaram um polo econômico ativo das economias latino-americanas, revelaram sua natureza, como uma influência estrutural e dinâmica interna e como um processo histórico-econômico” (FERNANDES, 2009, p. 30). Ocorreu então que:

As empresas anteriores, moldadas para um mercado competitivo restrito, foram absorvidas ou destruídas, as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento econômico autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados. (FERNANDES, 2009, p. 30).

Enquanto nas demais nações capitalistas avançadas, a hegemonia dos Estados Unidos⁹ pôde ser de alguma forma contrabalaneada¹⁰, nos países latino-americanos “suas elites no poder não estão submetidas a controle público e a pressões democráticas”, fazendo com que “o processo de modernização” – iniciado sob controle dos EUA – apareça “como uma rendição total e incondicional” que se propaga “por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública”, inclusive nas próprias “aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável” (FERNANDES, 2009, p. 32).

As grandes corporações dos países imperialistas tiveram dois momentos de penetração na economia dependente brasileira. No pri-

9 Para Mészáros (2013, p. 11) “Não se pode negar que a nova fase do imperialismo hegemônico global está sob o controle preponderante dos Estados Unidos, ao passo que outros parecem aceitar o papel de se agarrarem à casaca americana, embora isso não signifique que o aceitarão eternamente. Pode-se prever com segurança, com base nas instabilidades já evidentes, a explosão no futuro de fortes antagonismos entre as principais potências. Mas poderia isso por si só oferecer resposta para as contradições sistêmicas em jogo sem tratar das determinações causais nas raízes do desenvolvimento imperialista? Seria ingenuidade acreditar que sim.”.

10 Pois essas nações “possuem recursos materiais e humanos para resistir às implicações negativas da empresa corporativa norte-americana, e para limitar e mesmo para estabelecer controles seletivos das consequências culturais ou políticas resultantes da supremacia econômica dos Estados Unidos” (FERNANDES, 2009, p. 31-32).

meiro momento “só contaram com o espaço econômico que elas próprias conseguiram abrir, numa economia capitalista dependente, mas em fase de transição industrial relativamente madura” e no segundo momento, que se dá principalmente após o golpe de 1964, “elas puderam contar com uma política econômica que unificava a ação governamental e a vontade empresarial”, configurando-se “o espaço econômico típico de que elas necessitavam para crescer” (FERNANDES, 2005, p. 298). A *dupla articulação* que configura a dependência perdura-se e gera superlucros compartilhados pela associação das classes dominantes internas, em particular algumas frações destas como o latifúndio exportador e a burguesia monopolista, com o capital imperialista, o que supõe e reproduz certas formas e modos de dependência. Nesta relação há uma característica *inelutável*:

[...] grande parte do excedente econômico é gerada pela exportação de produtos primários, e a organização da produção, nesse setor, dificilmente poderia evoluir para formas especificamente capitalistas, sem elevar os custos a níveis demasiado altos. Além disso, a conjugação de procura externa com técnicas de produção extensiva acarretou um padrão de crescimento econômico pouco flexível, fundado em substituição súbita dos produtos básicos e em constante mobilidade dos centros economicamente prósperos, descrito por alguns autores como *ciclos econômicos*. Esgotada a fase de prosperidade, com frequência não há outra alternativa senão manter, enquanto for possível, a produção no setor. Em conjunto, pois, o emprego ótimo dos fatores econômicos não é determinado pelos requisitos em termos da integração ao mercado mundial. Mas, por uma acomodação plástica às flutuações da procura externa, às possibilidades regionais de atendê-las e às perspectivas decorrentes de atividade econômica lucrativa (FERNANDES, 1968, p. 63).

Essa “pouca flexibilidade” do crescimento econômico demonstra a maneira como a *dependência tecnológica* em relação às grandes potências é eternizada, num padrão de desenvolvimento que permanece passivo diante dos interesses externos. Fica evidente o peso que o elemento externo tem no direcionamento da própria dinâmica interna da economia dependente. A *dupla articulação* apresenta-se de modo que a *articulação interna* (desenvolvimento desigual entre distintas formas de produção, articulando setores arcaicos e modernos e implicando modos relativos de subdesenvolvimento) vincula-se à *articulação externa* (imperialismo/dependência), e esta última faz par-

te e é constitutiva da própria estrutura interna. Ambas se articulam dialeticamente entre si e constituem o *todo unitário* que configura a formação social brasileira.

Conforme o capitalismo avançado se desenvolve, ele impõe contínuos “reajustamentos no mercado mundial, dos quais resultam a transformação e a reorientação das técnicas capitalistas de controle a distância das economias nacionais dependentes”, essas alterações ocorrem sempre no sentido de “converter os dinamismos de crescimento da economia capitalista satélite em fonte de transferência para fora do seu próprio excedente econômico” (FERNANDES, 1968, p. 66). Essa transferência para fora de boa parte do excedente precisa ser entendida como *parte integrante* da própria estrutura hierárquica do imperialismo hegemônico global (ou imperialismo total), compreendendo-se qual o papel que as economias dependentes cumprem na ordem global do capitalismo monopolista, superando visões fragmentadas que dissociam as particularidades nacionais de sua integração na totalidade do sistema mundial.

Fernandes (2005, p. 320) afirma claramente que essa forma de “articulação econômica às nações capitalistas hegemônicas e ao mercado capitalista mundial” consiste numa estrutura que jamais poderá ser destruída se isso se der dentro e através do capitalismo. A dependência e o subdesenvolvimento não eliminam o fato de que “enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classes terão de passar por processos de acomodação, competição e conflito das classes entre si”, elas apenas “introduzem elementos novos na formação e na manifestação de tais processos, que se ajustam, assim, à natureza do capitalismo dependente e subdesenvolvido”, tendo a peculiaridade de “introduzir maiores desequilíbrios econômicos na base dos antagonismos de classes e controles políticos mais rígidos sobre os seus efeitos” (FERNANDES, 2005, p. 323).

Há uma interpretação recorrente a respeito da revolução burguesa em países periféricos que já teve e ainda tem respaldo em diferentes análises sociais e políticas. Segundo essa interpretação existiria um “esquema” de revolução burguesa que seria idêntico ao que se aplica às sociedades capitalistas centrais e hegemônicas. A dependência e o subdesenvolvimento seriam, assim, apenas estágios passageiros que estariam “destinados a desaparecer graças ao caráter fatal da autonomização progressiva do desenvolvimento capi-

talista” (FERNANDES, 2005, p. 338), acreditando-se que os países dependentes repetiriam, através de revoluções anticoloniais, a história das nações centrais. Imaginar que o Brasil possa cumprir tais etapas da mesma maneira como se deu as revoluções burguesas clássicas, e que suas classes dominantes estariam interessadas em uma plena “emancipação nacional”, só é possível desconsiderando o fato de que nossa revolução burguesa já está completa e consolidada, e ignorando que a *dupla articulação* que configura nossa formação social torna o capitalismo dependente o *único capitalismo possível em nosso país*. A ideia de que poderíamos repetir os passos do desenvolvimento capitalista dos países centrais acaba negando que no capitalismo dependente o crescimento se dá acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis.

De fato existem “estruturas e dinamismos essenciais” que são comuns a todos os países capitalistas, consistindo-se em “uniformidades fundamentais” que – se desconsideradas – os países dependentes não seriam também capitalistas (FERNANDES, 2005, p. 339), mas essas uniformidades não negam a existência de diferenças fundamentais que emanam da heteronomia econômica dos países dependentes. Para uma compreensão concreta de nossa realidade, o fundamental está em constatar não apenas as uniformidades, mas principalmente as particularidades que explicam “a variação essencial e diferencial, isto é, o que é típico da transformação capitalista e da dominação burguesa sob o capitalismo dependente”, pois somente dessa forma é possível evidenciar os motivos de a Revolução Burguesa constituir “uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à substancialização e à mistificação da história” (FERNANDES, 2005, p. 340).

Essa incorporação do Brasil ao núcleo das econômicas centrais, mediante processo de aprofundamento da dependência, de modo algum é um entrave para o desenvolvimento do capitalismo; pelo contrário, é mediante essa relação que se consolida e matura-se estruturalmente a revolução burguesa e o desenvolvimento capitalista em nosso país¹¹. Perdura-se em nossa realidade, como bem expõe

11 Netto (2010, p.18) identifica esse processo nos seguintes termos: “[...] o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exata-

Fernandes (1986), um drama crônico que é específico do capitalismo dependente: as impossibilidades históricas formam *uma cadeia* que fatalmente acaba se impondo em cada fase do desenvolvimento, pois, como não ocorre uma ruptura definitiva com o passado, este se *reapresenta a cada passo* na cena histórica e *cobra seu preço*. As reformas que seriam típicas de um modelo tradicional de revolução burguesa acabam sendo negadas e/ou neutralizadas. Afinal,

Os propósitos “modernizadores” se concentram e se intensificam na esfera da produção, dos níveis do consumo e dos padrões de vida. “Modernizar” não quer dizer realizar as reformas e as revoluções capitalistas que tornam o desenvolvimento capitalista, nos seus limites históricos, um fator de transformação da sociedade civil, da cultura e do Estado. “Modernizar” significa reajustar as economias periféricas às estruturas e aos dinamismos das economias centrais, para que o fluxo da expropriação dual do excedente econômico alimente as taxas de crescimento da acumulação capitalista nos ritmos necessários ao “bom andamento dos negócios”, ao assalto pirata do *botim nacional* (FERNANDES, 1986, p. 60).

Após apresentar de maneira geral o processo que desencadeou e consolidou a revolução burguesa no Brasil, podemos afirmar que: da colônia para a Independência houve um movimento em que os estamentos senhoriais passaram a controlar o poder central, através do Estado “nacional”, realizando uma revolução social e política dentro da ordem, mantendo as estruturas da produção escravista e restabelecendo os vínculos coloniais através do mercado mundial. Em seguida, houve outra grande ruptura: a desagregação do escravismo, que alijou e reabsorveu os escravos pelo regime de “trabalho livre”, lançando os “homens pobres livres” no mercado como vendedores da força de trabalho e assalariados, enquanto os setores burgueses e/ou pequeno-burgueses se limitaram a promover a substituição da monarquia pela república. Mais tarde (década de 1930), com a Aliança Liberal e a crise das oligarquias vinculadas ao colonialismo e a econo-

mente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações (v.g. as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados”.

mia de exportação, formou-se uma situação potencialmente revolucionária, que foi desfeita pelo golpe que deu origem ao Estado Novo, forjando as condições econômicas, sociais e políticas de “composição das classes sociais proprietárias e dominantes, assentando as bases históricas da economia brasileira ao sistema de produção e de poder mundial do capitalismo” (FERNANDES, 1986, p. 75). Esse processo se desenrola com oscilações, até atingir seus dois picos nas décadas de 1950 e 1970, sendo o golpe de 1964 o restaurador que confere plenas condições para a consolidação da revolução burguesa sob uma ordem autocrática, redefinindo uma “tradição política” despótica que veda a ordem existente para os interesses das massas exploradas e oprimidas¹².

2 – Transição pós-ditadura e atualidade da dependência

Não apenas no Brasil, mas em toda América Latina – segundo Fernandes (1986) – a “crise das ditaduras” é reveladora por demonstrar que no continente não apenas as revoluções (ou possíveis revoluções) são interrompidas, mas também as contrarrevoluções¹³. As classes dominantes não são capazes de efetivar as revoluções que seriam inerentes à *transformação capitalista*. Ameaçadas (ou supondo-se ameaçadas), elas recorrem ao seu braço armado, implantam uma ditadura civil-militar e fazem a vitória pender para a contrarrevolução. Em seguida,

[...] descobrem que os mesmos problemas e dilemas sociais que criavam desassossego e inquietação social, colocando as “revoluções burguesas” na ordem do dia, são arraigados e fortes demais para serem resolvidos *dentro da ordem*, sem aquelas revoluções; temerosas das consequências e do agravamento das tensões, que as dividem entre si e jogam as facções e estratos das classes possuidoras em campos opostos (pelo menos politicamente), elas dão marcha à ré, recolhem os militares ao quartel e *interrompem a contra-revolução*. É claro que as pressões das massas e das classes trabalhadoras estão na base do ma-

12 Para Fernandes (1986, p. 76) somente dos oprimidos é possível esperar uma possível ruptura com “essa tradição de pseudo-reforma e de pseudo-revolução”. Somente aos “de baixo” caberia cortar o “nó górdio” de uma história que “enlaça a burguesia, em escala quase coletiva, ao conformismo pró-imperialista e à reprodução do “antigo regime” sob novas bases e novas formas”.

13 Esse fardo histórico nos demonstra que há “um enlace dialético entre passado, presente e futuro; o futuro está embutido em nosso presente tanto como contrarrevolução quanto como revolução” (FERNANDES, 1986, p. 32).

logro e do recuo. Mas é essencial que se note o que ocorre na autofragmentação das “forças da ordem”. Impotentes para realizar suas tarefas maiores, de interesse geral e nacional, elas também são impotentes para impor a Nação, contra a vontade e sob a resistência crescentemente organizada da maioria, seus particularismos de classe e seus interesses egoísticos. (FERNANDES, 1986, p. 9).

O afastamento dos militares do governo e a instituição de um presidente civil sem dúvida significou uma derrota para a ditadura¹⁴, mas tratou-se de uma derrota que se caracterizou pela sua autopreservação. Com o movimento das *diretas* as forças conservadoras descobriram “que a inquietação social campeava mais solta e mais forte que em 1964. Avançaram no sentido de uma composição pelo alto, respeitando o seu braço armado” (FERNANDES, 1986, p. 22). É esse movimento que demonstra que tanto a instauração de um golpe civil-militar quanto o seu futuro distensionamento gradual são respostas que as classes dominantes dão diante da insatisfação popular: “Tanto os políticos profissionais quanto os interesses do grande capital nacional e estrangeiro temem mudanças rápidas, que, pelo seu próprio dinamismo, podem escapar ao seu controle direto”(FERNANDES, 1986, p. 23).

As massas populares, apesar de conquistarem algumas vitórias, acabam sendo levadas a reboque por essas forças da ordem, pois “[...] apesar da miséria, da inquietação social e do desemprego”, elas “ainda não encontraram os meios de luta política organizada mais eficientes para os seus propósitos”, e acabam ficando “à mercê de envolvimento que fortalecem os seus adversários e mantém o *status quo ante* com pequenas modificações” (FERNANDES, 1986, p. 23). O que está em jogo aí é a capacidade das classes dominantes, sob a forma dependente do capitalismo monopolista, de manter, reproduzir e ampliar sua *hegemonia ideológica*¹⁵ e política sobre as classes subal-

14 Fernandes (1994, p. 121) não despreza a importância que a luta dos explorados e oprimidos teve na derrota da ditadura, para ele a “desagregação do sistema ditatorial não se deu de “cima” para “baixo”, ela se deu de “baixo” para “cima” através das lutas de classes dos trabalhadores e também de várias camadas da população, principalmente dos setores mais pobres e mais oprimidos”. Dessa maneira, “As fendas da ditadura vieram de baixo e muitas das contradições que a burguesia enfrenta hoje resultam da insatisfação acumulada ao longo de vinte e um anos de desmandos, desbaratamento dos recursos públicos e de incompetência” (FERNANDES, 1994, p. 121).

15 Tratando da relação - dialética e não mecânica - entre a base econômica e a su-

ternas, em geral, e as classes trabalhadoras, em particular, através de um processo de conciliação que *precisa* banir a reforma da esfera das realizações concretas da burguesia.

Após o afastamento dos militares do governo foi possível observar a impotência da burguesia brasileira para lidar com os problemas do país. Essa burguesia “se alia ao grande capital estrangeiro e fica sem meios materiais para resolver as grandes questões nacionais”, todo o “excedente econômico é drenado para o exterior, não só na forma de juros da dívida, mas também através de outros mecanismos” (FERNANDES, 1994, p. 127). Esse modelo de transição que “foi construído sob o regime de Geisel e Figueiredo”, consiste na “transição lenta, gradual e segura para o grande capital, para os interesses conservadores, para a intransigente defesa da ordem estabelecida” (FERNANDES, 1994, p. 127). O centro do poder está no que Florestan Fernandes chama de “dispositivo” (militar), e o presidente Sarney cumpriu o papel de “servir de fachada para o regime”. A respeito da formação da Assembleia Nacional Constituinte que resultou na aprovação da atual “Constituição Cidadã” de 1988, Fernandes (1994, p. 127-128) ressalta que a “pressão popular do movimento das diretas-já e das greves operárias alterou a qualidade do processo político brasileiro, mostrando que a oposição é forte e poderia chegar à insurreição”, o que foi percebido pelos conservadores que buscaram uma maneira de manipular e conduzir o movimento popular para reestabelecer o “equilíbrio”. Verificou-se a continuidade de uma tradição brasileira de manipulação “que, nesses momentos, sempre conjuga conciliação e reforma”, mas a reforma nunca é adotada, “é sempre conciliação

perestruturadora erigida sobre ela, Marx (1857 [1977], p. 301-302, grifos nossos) enfatiza que é sempre importante **diferenciar** as mudanças econômico-estruturais das formas “jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as *formas ideológicas* em que os homens *adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo*”. A *ideologia*, para nós, é entendida como as formas de consciência que se materializam nas ações de determinados grupos e/ou classes sociais em conflito nas sociedades humanas, trata-se de “uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa”, sendo que somente “depois de se tornar veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, eles são ideologia” (LUKÁCS, 2010, p. 38). Compreendemos a ideologia enquanto “uma concepção do mundo” que se manifesta implicitamente “no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 2001, p. 98-99). Nesse caso, nos referimos a ideologia dominante que se vincula operacionalmente com os interesses da classe economicamente dominante.

conservadora” (FERNANDES, 1994, p. 128). Os donos do poder fazem algumas tímidas concessões “e, assim, respiram e seguram as rédeas do poder” (FERNANDES, 1994, p. 128). Temos, portanto, uma realidade em que a pressão popular impõe e arranca mudanças que atenuam o nível da hostilidade na autocracia burguesa, mas esta se recompõe cedendo apenas em questões que não ameaçam a continuidade da reprodução do seu poder. Considerar este fato não significa descartar a importância das conquistas logradas pelo movimento popular, mas encarar com realismo os limites desta ordem.

Expondo conclusões extraídas da sua própria experiência como Deputado Constituinte, Fernandes (1994, p. 157) explica que mesmo que “a esquerda esteja presente e obtenha algumas conquistas visíveis na Constituição, estas conquistas perdem o caráter proletário-socialista”, e nem sequer “ganham o sentido de reformas estruturais burguesas, propriamente ditas, pois resultam sempre de acordo, da conciliação”. Interessa-nos aqui entender – para além do âmbito formal e institucional – a essência da realidade socioeconômica que segue perdurando após a abertura democrática, buscando uma correta consideração da relação entre *dinâmica* e *estrutura* na sociedade capitalista dependente da periferia. A Constituição de 1988:

É nitidamente uma Constituição melhor, com uma ampliação da temática, com uma redefinição das liberdades fundamentais, dos direitos sociais, mas tudo isso são conquistas no terreno abstrato. Veja que os trabalhadores, os aposentados, precisam recorrer à Justiça para descobrir se certas disposições constitucionais são aplicáveis ou não e para conseguir impô-las, nem sempre com êxito! (FERNANDES, 1994, p. 158).

Com essas indicações cabe-nos pensar qual é a atualidade de todos os elementos aqui considerados a respeito da consolidação do capitalismo dependente no Brasil. É importante ressaltar novamente que muitos desses elementos são apresentados por Florestan Fernandes como *insuperáveis* enquanto persistir a ordem capitalista, considerando o capitalismo dependente o *único capitalismo possível* em nosso país. A importância da constante atualização de nossas análises sobre a realidade brasileira deve ser sempre reafirmada, e aí cabe fazer a devida distinção entre aquilo que é conjuntural e o que é estrutural nesse contexto. Tentando superar visões meramente fenomênicas, idealistas ou “impressionistas” sobre a realidade atual do capitalismo brasileiro, coloca-se a necessidade de buscar análises empíricas

que desvendem qual a atualidade das contribuições aqui levantadas a respeito das particularidades do capitalismo consolidado no Brasil.

Segundo Sampaio Junior, segue sendo dominante na sociedade brasileira uma “teia institucional que ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional” e perpetua a “dupla articulação — dependência externa e segregação social”. As características desse processo são: a “desregulamentação e privatização, estabilidade da moeda, Lei de Responsabilidade Fiscal, superávits primários, limite ao endividamento do setor público, ataque aos direitos trabalhistas”, bem como a “livre mobilidade dos capitais, perda de soberania monetária, impotência dos centros internos de decisão diante dos movimentos especulativos do capital internacional”, além da “restrição à expansão do mercado interno, bloqueios à política industrial, antagonismo entre políticas macroeconômicas e gasto público” e a “concorrência entre políticas sociais universalistas e políticas sociais assistencialistas” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 682-683).

Elemento marcante e determinante na constatação do aprofundamento da dependência na atualidade é o *padrão tecnológico* que segue “ferrenhamente controlado pelas empresas transnacionais”. O que resta no capitalismo dependente é “uma combinação entre pagar o preço pela modernização produtiva e se especializar em ramos em que possuem vantagens comparativas estáticas” (CARDOSO, 2014, p. 46), essas se relacionam geralmente com a brutal exploração da força de trabalho e dos recursos naturais. Dessa maneira, a burguesia nativa adentra na guerra comercial global e o mercado interno segue vulnerável à concorrência externa, operando sempre em desvantagem diante do poder das grandes corporações transnacionais. O que resulta dessa equação é “a ênfase na reprimarização contra a industrialização e a ênfase no mercado externo contra o mercado interno” (CARDOSO, 2014, p. 47). O que vemos é a continuidade do padrão de desenvolvimento conservador e dependente considerado por Florestan Fernandes como *inelutável* nos limites do capitalismo brasileiro.

A conhecida onda de privatizações ocorrida nos anos 1990 teve papel protagonista do Estado nacional na sua efetivação. Coube ao Estado – cedendo a pressão do grande capital internacional – “implementar modificações de caráter antinacional em diversos parâmetros econômicos e estabelecer uma política econômica que no fim sancionasse as tendências externas” (CARDOSO, 2014, p. 47-48). Esse ace-

leramento da política privatizante praticamente significou um “golpe de morte” no sistema econômico nacional: “abalado pela separação entre mercado interno, crescentemente atendido por importações, e produção interna, pautada pela desindustrialização e pela especialização regressiva” (CARDOSO, 2014, p. 48), o que resultou no agravamento da crise social e do desemprego.

Em um quadro geral, são essas as tendências constatáveis: o fracasso da modernização do chamado “terceiro mundo” como um defeito estrutural do próprio sistema; a tendência cada vez maior de monopolização do grande capital vinculado com o domínio das potências imperialistas; e a impossibilidade de a burguesia nativa brasileira construir um projeto nacional autônomo, devido a sua condição de “sócia menor” das grandes corporações internacionais. As novidades conjunturais não eliminam a dupla articulação (dependência externa – segregação interna) que se eterniza como *essência estrutural* da ordem capitalista dependente.

A divisão do trabalho internacional sofreu significativas alterações no período atual, comandadas principalmente pelas relações entre EUA e China, o que promoveu uma dinamização dos mercados financeiros internacionais e dos mercados de gêneros primários, minerais, agropecuários ou *commodities* industriais (CARDOSO, 2014). A integração do Brasil nesse circuito favoreceu essa margem de manobra, em decorrência de sua ampla oferta de recursos naturais que respondem à demanda externa (valorizando a exportação de produtos primários em patamares nunca antes vistos); e dos investimentos, geralmente especulativos, que adentram ao país buscando diferenciais de juros permitidos pela dívida pública (CARDOSO, 2014, p. 53).

De um ponto de vista macroeconômico, foi esse impulso inicial e a condição externa permitida por ele, em relação ao financiamento da economia, que possibilitou o ciclo de crescimento dos anos 2000. A margem de manobra permitiu a flexibilização quantitativa da política econômica, conciliando a manutenção do mesmo tripé macroeconômico com a execução de políticas sociais e investimentos. O resultado foi: “um período marcado pela aceleração do crescimento, menor desemprego e leve melhoria na distribuição de renda funcional e pessoal, redução da pobreza extrema e redução da vulnerabilidade externa *conjuntural*” (CARDOSO, 2014, p. 53).

A experiência dessa nova margem de manobra fez o governo

brasileiro inclusive impulsionar mudanças na estrutura do capital brasileiro através do BNDES, capitalizando alguns grupos, estimulando a fusão e a internacionalização. Esse movimento é decorrente da pressão de empresas como a *JBS*, *Fibria*, *Gerdau*, *Camargo Correa*, *Vale* e *Odebrecht*, consistindo na contrapartida do Estado ao papel por elas desempenhado nas exportações garantindo certa folga nas contas externas (CARDOSO, 2014, p. 53-54). Estes grupos se incorporam no núcleo das relações políticas e econômicas do Estado, como decorrência do reposicionamento do país na divisão internacional do trabalho e da crescente *dependência estrutural por commodities*.

Na realidade, nesse período de flexibilização não houve mudança qualitativa no padrão econômico vigente, e não havia a intenção ou um projeto nesse sentido. Para Cardoso (2014, p. 54) as “possibilidades abertas foram aproveitadas na linha de menor resistência, isto é, tendo como opção a maior integração ao novo padrão de acumulação que tem se afirmado”. No que diz respeito às relações capital-trabalho temos a *retirada de direitos*, a *precarização*, e a postura meramente *defensiva* de boa parte das organizações do trabalho, somando-se a isso o retrocesso na questão agrária. Sobre as relações intercapitalistas atuais, Cardoso (2014, p. 54, grifos nossos) enfatiza a mesma tendência até aqui por nós analisada: “intensificação dos processos de *concentração e centralização* do capital com *participação decisiva do Estado* na viabilização de diversos processos”. Em suma, enquanto a macroeconomia passa por um momento menos instável do ponto de vista *conjuntural*, temos o agravamento da vulnerabilidade externa *estrutural* (CARDOSO, 2014, p. 54).

A respeito de quatro importantes setores da burguesia brasileira – Cosan, Vale, Gerdau e JBS – Cardoso (2014) chega as conclusões que nos permitem verificar algumas características gerais em comum nestes quatro grupos: base produtiva simples; utilização intensa de recursos naturais, energia elétrica e mão de obra barata; baixa capacidade de incorporação de progresso técnico, dependência tecnológica e financeira em relação ao grande capital internacional; expansão por aquisição de operações já existentes e financiamento advindo principalmente do capital internacional e do Estado brasileiro.

Com base nesses elementos gerais, Cardoso (2014, p. 117, grifos nossos) conclui que:

[...] tais setores e grupos empresariais são crescentemen-

te polarizados por condições externas ao Estado e à economia brasileira e estão mais vinculados com as estratégias globais de grandes empresas ou países na disputa pelo controle tecnológico, de mercados e de recursos estratégicos, além da disputa pela capacidade de extrair os melhores e maiores ganhos na especulação e no rentismo mundial. É precisamente dentro deste contexto geral que operam, no fundo e muitas vezes na mais explícita realidade dos fatos, os grandes capitais aqui estudados: no aproveitamento de oportunidades possíveis abertas pelo grande capital estrangeiro no comércio internacional, na especulação com ativos financeiros e com o patrimônio estatal e dos próprios grupos, no caso extremo. É este padrão de participação na totalidade do sistema que permite enquadrar a burguesia estudada nesta pesquisa como aquilo que foi chamado anteriormente de “burguesia de negócios”. Ou seja, é este o caráter da *burguesia dependente brasileira* [...].

De acordo com a Pesquisa de Fusões e Aquisições da consultoria KPMG a desnacionalização da economia brasileira segue crescente: apenas no primeiro semestre de 2013, 127 empresas passaram para controle estrangeiro, isso corresponde às operações “cross border 1” (cb1), o que significa “empresa de capital majoritário estrangeiro adquirindo, de brasileiros, capital de empresa estabelecida no Brasil”(ALBUQUERQUE, 2015). Em 2010 foram 175 empresas desnacionalizadas; em 2011, 208 empresas; e em 2012 foram 296 empresas desnacionalizadas:

Os principais setores onde empresas nacionais foram adquiridas por estrangeiras foram tecnologia da informação (14); empresas de internet (13); petróleo e gás (10); serviços para empresas (10); alimentos, bebidas e fumo (9); produtos de engenharia (7); eletroeletrônico (4); educação (3); entre outros. As empresas que adquiriram empresas brasileiras são de origem, principalmente dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Suíça e Japão. Os números mostram que o “apetite” do capital estrangeiro continua alto. A desnacionalização da economia – e consequentemente, da desindustrialização – é uma das principais causas de a economia brasileira estar no chão. As filiais das multinacionais seguem a lógica do mínimo de investimento e máximo de remessa de lucros. Além disso, são importadoras de componentes, fazendo internamente apenas a montagem. Isso quando não importam o produto já acabado.(ALBUQUERQUE, 2015).

Após a exposição dos dados apresentados acima, o que percebemos é que o *padrão estrutural* desvendado por Fernandes segue se aprofundando na realidade socioeconômica brasileira. A burguesia nativa dependente e associada ao imperialismo segue perdurando seu domínio em um vínculo quase de fusão com o Estado brasileiro; a exploração intensiva da força de trabalho com direitos sociais subtraídos são recorrentes; a manutenção de estruturas arcaicas como o latifúndio (hoje modernizado) continua inelutável; e os vínculos de dependência tecnológica e financeira de nossa burguesia com o grande capital internacional se aprofundam cada vez mais.

A manutenção do latifúndio demonstra-se num processo de aumento da concentração de terras, inclusive improdutivas. Em 2011, “30 mil proprietários de terras” concentravam “318 milhões de hectares”, em 2003 “eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares” (SANTOS, 2015). Isso significa que mais de 100 milhões de hectares passaram para o controle de latifundiários, que controlam em média mais de 2.400 hectares. A modernização do campo e o chamado *agronegócio* não eliminam uma das principais características do latifúndio que é a concentração de terra, reafirmando o caráter desse desenvolvimento que integra na sua lógica e refuncionaliza os elementos arcaicos do passado.

O período de relativa margem de manobra *conjuntural* contribui para alimentar a ilusão de que o Brasil estaria superando sua condição de dependência, quando o que ocorre concomitantemente é o aprofundamento da dependência econômica, financeira e tecnológica *estrutural*. A aparente estabilidade social lograda com alguns programas sociais e certa redução do desemprego, não impede e nem impedirá as convulsões sociais que resultam da retirada de direitos, da precarização das relações de trabalho, do sucateamento dos serviços públicos, privatizações e do agravamento da desigualdade social.

Desse modo, a realidade atual nos mostra que a estrutura socioeconômica dependente consolidada em nossa revolução burguesa segue se reafirmando como o *único tipo de capitalismo possível em nosso país*. Seu desenvolvimento particular segue mantendo e *refuncionalizando* as estruturas arcaicas do passado, a burguesia nativa aprofunda seus laços de dependência com as potências imperialistas, e a segregação social permanece como condição necessária numa sociedade onde a classe dominante tem muito pouco a ceder para os “de baixo”. Mesmo que o bloco de poder dominante recicle seu

poder utilizando também a *democracia de cooptação*, esta segue tendo pouca flexibilidade e nunca será capaz de impedir as convulsões sociais e as lutas populares despontadas pelas contradições da própria ordem. Por isso, acreditamos que não há como compreender a realidade nacional sem levar em conta esses elementos, como ponto de partida fundamental para uma atualização consequente de nossas análises conjunturais.

Considerações finais

A dependência econômica perpassou toda a história nacional desde a Colônia, contribuindo para o processo de acumulação primitiva pré-capitalista dos países centrais e posteriormente integrando-se de maneira subordinada à ascensão do capitalismo. Passamos de uma economia escravista mercantil – que perdurou na Colônia e no Brasil Império – para uma economia capitalista já no período da República (generalizando o trabalho assalariado). Esse processo foi desencadeado pela emergência de uma revolução burguesa *atípica* que teve como principais protagonistas as antigas oligarquias que se *aburguesaram* e os comerciantes imigrantes. A revolução burguesa se consolida no Brasil com o golpe civil-militar de 1964, que acabou com qualquer possibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo e “cristalizou” a dupla articulação: “dependência externa – segregação interna” que caracteriza o capitalismo monopolista de Estado dependente brasileiro. Essa consolidação se dá já na época da *crise estrutural do capital* e integra plenamente o Brasil na *estrutura hierárquica* do imperialismo hegemônico global, aprofundando até os dias de hoje a dependência financeira e tecnológica do país diante das grandes potências (especialmente os Estados Unidos).

Nossa revolução burguesa atípica se consolida sem realizar as tarefas democráticas e nacionais (reforma agrária, urbana, emancipação nacional, etc.) que nos países centrais foram fruto da revolução burguesa e do desenvolvimento do capitalismo; mas essa particularidade não impediu a revolução burguesa de se consolidar e nem consistiu num entrave para o desenvolvimento do capitalismo, pelo contrário, ele se desenvolve mantendo e integrando na sua dinâmica tais estruturas arcaicas, sendo essa manutenção *vantajosa* para uma burguesia nativa de *negócios* e para as burguesias estrangeiras interessadas na importação de produtos primários, e na manutenção do seu protagonismo financeiro, tecnológico, etc. Disso decorre uma realidade social profundamente desigual que sujeita amplas massas

do povo à miséria, retirada de direitos, precarização do trabalho, desemprego, sucateamento dos serviços públicos, dentre outras mazelas próprias do capitalismo, que se explicitam e se particularizam nos países dependentes.

Florestan Fernandes (1981, p. 1-2) fala de como – na realidade brasileira - as *revoluções dentro da ordem* se relacionam com a futura *revolução contra a ordem*. Isso significa que as transformações que nos países centrais foram fruto do desenvolvimento capitalista, em nossa realidade só poderão se efetivar *contra esse desenvolvimento*, unindo-se desde o início ao processo cumulativo de construção das condições para uma revolução contra a ordem capitalista. Ou seja, mesmo no momento em que ainda consistem em *revoluções dentro da ordem*, elas só podem ser “arrancadas” pela pressão dos “de baixo”, entrando desde o princípio em confronto com o bloco de poder dominante. Esse confronto – se for contínuo e cumulativo no rumo de uma estratégia revolucionária clara por parte dos “de baixo” – só pode desembocar numa ruptura com a própria ordem capitalista¹⁶.

Não é possível prever como se dará o desencadeamento (a sucessão dos acontecimentos) nesta dialética entre *revolução dentro da ordem* e *contra a ordem*; porém podemos compreender quais são as possibilidades e as tarefas que se apresentam para os trabalhadores e todas as massas populares. Com certeza impõe-se como necessidade a constituição de instrumentos políticos capazes de organizar e unificar as amplas massas em torno de um horizonte claro de profundas transformações sociais, mantendo *plena autonomia diante do bloco de poder dominante* e congregando todos que de alguma maneira podem entrar em confronto com esse poder.

¹⁶ Aqueles que negam (por temor do oportunismo ou reformismo) a *inevitabilidade* do processamento das bandeiras nacionais e democráticas *no interior* da *estratégia socialista* numa interação entre a luta *dentro da ordem* e *contra a ordem* ignoram duas coisas: “Primeiro, que, sem uma maciça presença das massas destituídas e trabalhadoras na cena histórica, as potencialidades nacionalistas e democráticas da ordem burguesa não se libertam e, portanto, não podem ser mobilizadas na fase em transcurso de organização do proletariado como classe em si. Segundo, que o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da *revolução dentro da ordem* possui consequências socializadoras de importância estratégica. A burguesia tem pouco que dar e cede a medo. O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da ‘democracia burguesa’ para a de fator de uma *democracia da maioria*, isto é, uma democracia popular ou operária.” (FERNANDES, 1981, p. 2-3).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Valdo. No primeiro semestre, mais 127 empresas são desnacionalizadas. **Jornal Hora do Povo**, São Paulo, Edição 3188, 20 set. 2013. Disponível em: <<http://www.horadopovo.com.br/2013/09Set/3188-20-09-2013/P2/pag2b.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

CARDOSO, Artur Monte. **Burguesia brasileira nos anos 2000 - um estudo de grupos industriais brasileiros selecionados**. 2014. 326 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)- Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2014.

CARRANO, Pedro. A atualidade de Florestan Fernandes. **Brasil de Fato**, São Paulo, 21 mar. 2013. Entrevista a José Paulo Netto. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12398>>. Acesso em: 4 jan. 2015.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. **O que é revolução?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

_____. **Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques e Carlos Nelson Coutinho 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In. _____; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas em três tomos**. Tradução José Barata-Moura. São Paulo: Edições Sociais 300-303. Originalmente publicado em alemão, 1859.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: socialismo ou barbárie. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio Soares Arruda. Desenvolvimentismo e neo-desenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SANTOS, Igor Felipe. Terras estão mais concentradas e improdutivas no Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6637>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

